



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Saliente Desembargador Ricardo Paes Barreto

167

**Embargos de declaração no reexame necessário e apelação cível nº 291522-6 –
Comarca de Caruaru**

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargado: Ministério Público Estadual e outro.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. FORNECIMENTO DE DIABETES MELITTUS TIPO 2. FORNECIMENTO DE INSULINA GLARGINA (LANTUS), ZINA 5G, PURAN T4 E DILTIAZEM 120 MG. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao imposterável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso. 3. É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana. 4. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se entendendo vulnerados os artigos 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI e 196, todos da CF/88, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no reexame necessário e apelação cível nº 291522-6, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Saliente Embargador Ricardo Paes Barreto

168

**Embargos de declaração no reexame necessário e apelação cível nº 291522-6 –
Comarca de Caruaru**
Embargante: Estado de Pernambuco.
Embargado: Ministério Público Estadual e outro.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO GLARGINA LANTUS, DEVIDAMENTE PRESCRITO, INDISPENSÁVEL AO TRATAMENTO DO APELADO, PORTADOR DE DIABETES MELITUS TIPO 2. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento ou congênere para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da isonomia, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 2. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 3. Aplicação da Súmula nº 18 do TJPE. 4. Reexame necessário improvido, prejudicada a apelação. 5. Decisão unânime (RNAC 291522-6, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 15/08/2013).

Requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI e 196, todos da CF/88.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito da ocorrência, ou não, de vulneração aos arts. 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI e 196, todos da CF/88.

Conforme já explicitado no acórdão embargado, o fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que

padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

Outrossim, no caso em apreço, não há omissão a ser sanada, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não restando malferidos os arts. 2º, 5º, *caput*, 37, *caput* e XXI e 196, todos da CF/88.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator